



2

Recurso n.º 1/2013

P.º CDISS 02/2012

## 1 – Relatório

O processo disciplinar que originou o recurso acima referenciado iniciou-se com a participação do Senhor Arquiteto Vasco Nunes da Ponte ao Conselho Disciplinar da Região Sul contra o Senhor Engenheiro Luís Filipe Gonçalves Viana do Lago Blanco inscrito na Região Sul com a cédula profissional nº 23013.

O participante representa uma empresa de promoção imobiliária que levou a cabo um empreendimento em Lisboa, na Avenida D. Carlos I, nº 103. Segundo alega na sua participação, após a conclusão da obra, no início de 2012, tendo a incumbência de reunir todos os documentos necessários para apresentar à Câmara Municipal de Lisboa o pedido de licença de utilização, o participante solicitou ao engenheiro participado que, na sua qualidade de diretor técnico da obra, lhe entregasse o termo de responsabilidade por si subscrito de que a obra se encontrava concluída de acordo com o projeto aprovado e as normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como, as telas finais de arquitetura. O engenheiro participado ter-se-á recusado a entregar aqueles documentos pelo facto de se encontrar em litígio com o empreiteiro que executou a obra – a empresa ENCOMOTA – da qual o participado foi diretor geral e sobre a qual detinha um crédito vencido e não pago.

Por considerar que o comportamento, acima descrito, do engenheiro participado, configurava uma violação culposa das normas deontológicas, o participante solicitou ao Conselho Disciplinar da Região Sul que punisse o referido engenheiro e o condenasse a pagar-lhe uma indemnização pelos prejuízos que aquele comportamento do participado lhe tinha, alegadamente, causado.

## 2 - Apreciando

2 //

O engenheiro visado, chamado a pronunciar-se sobre os factos participados confirmou-os, no essencial, acrescentando que tinha transmitido ao dono de obra que não tinha condições para continuar a trabalhar para o empreiteiro e por isso não poderia continuar a assumir a direção técnica da obra, sendo que a sua substituição seria perfeitamente possível.

O Conselho Disciplinar da Região Sul apurou ainda que a Licença de Utilização acabou por ser emitida pela Câmara Municipal – Alvará nº 132/UT/2012.

Considerando o facto da situação já ter sido ultrapassada e tendo em conta a relação contratual que se estabeleceu: entre o engenheiro participado e o empreiteiro e não entre este e o dono de obra; o Conselho Disciplinar da Região Sul considerou não haver motivo para censurar o engenheiro participado pelo facto deste ter recusado o cumprimento, por parte deste último, da obrigação de pagamento do preço.

Em função desse entendimento, o Conselho Disciplinar da Região Sul deliberou, em 16/10/2012, o arquivamento do processo.

No recurso que interpôs da decisão tomada pelo Conselho Disciplinar da Região Sul, datado de 12/11/2012, o participante defende a aplicação de uma sanção disciplinar ao engenheiro participado alegando que, apesar da situação se ter resolvido, a atitude do engenheiro participado provocou atrasos e prejuízos efetivos ao dono de obra, e que a sua responsabilidade enquanto diretor técnico da obra vai para além da relação contratual estabelecida entre si e o empreiteiro.

Nas contra-alegações que apresenta, o participado reafirma que cessou colaboração com o empreiteiro em função do incumprimento deste e invoca no seu currículo profissional, durante o qual exerceu sempre a sua profissão com zelo e sem nunca ter merecido qualquer sanção disciplinar.

Nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, o Diretor Técnico de uma obra de construção civil, apesar de poder ser funcionário do empreiteiro, assume uma responsabilidade profissional independente, de natureza pública, perante a Câmara Municipal que licencia a respetiva construção, competindo-lhe assegurar que a construção decorre em conformidade com o projeto aprovado e as condições do licenciamento e que são utilizados os processos construtivos especificados no projeto. Como técnico responsável pela obra e nesta sua qualidade de “oficial público”, compete-lhe

subscriver o livro de obra e os documentos legalmente necessários à legalização desta perante os legítimos representantes da comunidade social que exercem atribuições nesta matéria.

É em face das obrigações acima referidas que devem ser apreciados os factos provados no presente processo disciplinar. Dentro desta perspetiva, não nos parece claro que o engenheiro participado possa invocar a circunstância de não ter sido pago atempadamente pelo empreiteiro para declinar as suas responsabilidades públicas enquanto responsável técnico pela obra, recusando a entrega ao dono desta, que é alheio à relação contratual entre o empreiteiro e o engenheiro participado, dos documentos legalmente necessários para a emissão da respetiva licença de utilização. Sobretudo quando o engenheiro participado sabe que, com esta atitude, causará necessariamente prejuízos ao dono de obra e esta já se encontra devidamente concluída.

É claro que os órgãos disciplinares da Ordem dos Engenheiros não têm competência para condenar os engenheiros no pagamento de indemnizações aos lesados pelos seus atos, ainda que geradores de responsabilidade disciplinar. Tal competência pertence aos tribunais. O que poderá estar em causa no presente processo é a eventual violação, por parte do engenheiro participado, da norma prevista no nº 2 do art. 87º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, que obriga os engenheiros a prestar os seus serviços com diligência e pontualidade, de modo a não prejudicar o cliente nem terceiros.

Em face do interesse público subjacente ao exercício da profissão de engenheiro, manifestamente presente quando este assume responsabilidades como diretor técnico de uma obra de construção civil, não nos parece evidente a bondade ética da atitude do engenheiro participado em recusar-se a entregar ao dono de obra o termo de responsabilidade por si subscrito de que a obra se encontrava concluída de acordo com o projeto aprovado e as normas legais e regulamentares aplicáveis, apenas pelo facto de se encontrar em litígio com o empreiteiro que executou a obra – a empresa ENCOMOTA – da qual o participado foi diretor geral e sobre a qual detinha um crédito vencido e não pago.

Para aquilatar da eventual violação culposa da norma deontológica prevista no nº 2 do artigo 87º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, pensamos que seria necessário um

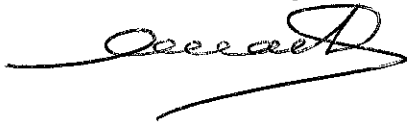
apuramento mais completo e fundamentado das circunstâncias do caso, que o despacho de arquivamento não faz e nos parece que apenas aconteceria se o processo prosseguisse para acusação, com a consequente produção de prova testemunhal. Por esta razão, entendemos que deve ser dado provimento ao recurso interposto pelo participante, proferindo-se decisão que anule o despacho de arquivamento do Conselho Disciplinar da Região Sul e reenvie o processo para este órgão no sentido de que este profira acusação e proceda ao seu julgamento.

### **3. Proposta de decisão**

Entendo que deve proceder o invocado pelo participante/recorrente, dando provimento ao recurso, proferindo decisão que anule o despacho de arquivamento do CDISS e reenvie o processo para este órgão no sentido de que este profira acusação e proceda ao seu julgamento.

Lisboa, 4 de Julho de 2013.

Joaquim Manuel Veloso Poças Martins, *Relator*



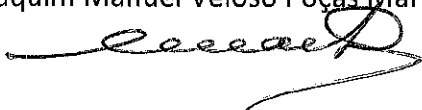
### **Parecer do Conselho Jurisdicional**

O Conselho jurisdicional entende que deve ser perfilhado o Relato que antecede, nos termos e com os fundamentos dele constantes, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, pelo que é de Parecer que seja dado provimento ao Recurso, proferindo-se decisão que anule o despacho de arquivamento do CDISS e reenvie o processo à 1.ª instância no sentido de que profira acusação e proceda ao julgamento.

À reunião conjunta Conselho Diretivo Nacional/Conselho Jurisdicional.

Lisboa, 5 de setembro de 2013.

Joaquim Manuel Veloso Poças Martins, *Relator*



Luis Manuel Monsanto Serra e Silva

